

As

Maria Marta Lobo de Araújo  
Cláudia Contente  
Alexandra Esteves (coord.)

# Mulheres nos Caminhos da História

Landscapes  
Heritage &  
Territory  
Collection

Coleção  
Paisagens  
Patrimônio &  
Território

# As Mulheres nos Caminhos da História

Maria Marta Lobo de Araújo  
Cláudia Contente  
Alexandra Esteves  
(coord.)

11	Introdução Maria Marta Lobo de Araújo, Cláudia Contente e Alexandra Esteves
14	Femmes et trajectoires de vie: modèles historiques européens Antoinette Fauve-Chamoux
38	Mujeres en el comercio gallego de Ultramar a fines del siglo XVIII Ofelia Rey Castelao
60	Costureras y cigarreras en los pueblos de Buenos Aires. Una aproximación a las mujeres trabajadoras de los talleres y fábricas de las zonas rurales, 1869-1895 María Fernanda Barcos
78	Cuando la necesidad aprieta. Mujeres solteras y trabajo en la provincia de Buenos Aires a fines del siglo XIX Claudia Contente, Arnaud Bringé
92	Mujeres trabajadoras frente al agravio laboral. A Coruña en los primeros años del franquismo María Jesús Souto Blanco
110	“Religiosas”, beatas y monjas. Mujeres y devoción en los sermones y escritos del padre Calatayud Margarita Torremocha Hernández

126	“La ruina de unas es la virtud de otras...” La venta del antiguo convento dominico de Michoacán para la fundación de un colegio de doncellas (siglo XVIII) Ana M. Sixto Barcia	238	Mulheres benfeitoras da Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVI–XVIII) Maria Marta Lobo de Araújo
144	Sobre mulheres aficionadas à oração e à mortificação dos sentidos (Província Jesuítica do Paraguai, séculos XVII e XVIII) Eliane Cristina Deckmann Fleck	254	Sexos tecidos, géneros costurados: indumentária de mulheres pobres no contexto assistencial de Braga, 1650–1750 Luís Gonçalves Ferreira
162	La configuración de un modelo de santidad postridentino: Santa Liberata y sus ocho hermanas. Creer en femenino entre Galicia y Portugal Anxo Rodríguez Lemos	274	Pobres e recolhidas: petições e representações femininas em Lisboa no século XIX Maria de Fátima Reis
180	Mujeres ricas vestidas de cenizo. La feminización de las fraternidades terciarias franciscanas en el Noroeste Peninsular, ss. XVII y XIX Pablo Vázquez Bello	292	Afrontar la maternidad en solitario: relaciones y redes de apoyo (Lugo, ss. XVIII–XIX) Tamara González López
194	Una lectura en femenino y a contrapelo de fuentes documentales del siglo XVI Maribel Diéz Jiménez	308	“Cosas que no son de decir”: violaciones y agresiones colectivas en la plena Edad Media Ibérica (XI–XIII) Abel Lorenzo-Rodríguez
210	“Prometia e dotava a ella dita esposada”: o dote de casamento como fonte para a historiografia da mulher Flávia Oliveira	320	O manicómio no feminino. As alienadas do Hospital de Rilhafoles/Miguel Bombarda Alexandra Patrícia Lopes Esteves
222	De estrados, tocadores y gabinetes. Espacio doméstico y cultura material en las mujeres de la elite compostelana (ss. XVIII–XIX) Daniel Mena Acevedo	336	Para a pesquisa, a administração e o ensino: a Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller e a formação de enfermeiras (Brasil: 1917–1951) Ana Paula Korndörfer

# Sexos tecidos, géneros costurados: indumentária de mulheres pobres no contexto assistencial de Braga, 1650–1750

\* Doutorando em História Moderna (Lab2PT-UMinho). Investigador Colaborador Lab2PT-UMinho. Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia; este trabalho é financiado pelo projeto “Pobres, doentes e esfarrapados? Indumentária de pobres no contexto assistencial de Porto e Lisboa, séculos XVII e XVIII” (ref. 2020.04746.BD).

## Introdução

As mulheres foram a maioria dos pobres que receberam esmolas em indumentária distribuídas, entre 1650 e 1750, pela Misericórdia de Braga. Este texto tem como objetivo discutir o corpo feminino no contexto assistencial urbano mediante os normativos de género que demarcavam o *dever ser* das mulheres no Antigo Regime. O debate ergue-se a partir de uma amostra referente aos gastos assentes nos livros de despesa do mordomo e do tesoureiro da Santa Casa bracarense. A resposta ao problema desenvolver-se-á ao longo de dois momentos: o primeiro, de cariz teórico e conceptual, discutirá o sexo e o género enquanto categorias sociais significáveis através da indumentária e a moda como sistema que lhe atribui sentido; o segundo, de carácter empírico, problematizará as tipologias de vestir das pobres assistidas pela instituição no enquadramento dos contextos de normalização vigentes para o período em análise.

## Ilustrar categorias: género, mulher e moda

Podemos historiar um corpo sem nele implicar a roupa e os adornos? Susan J. Vicent, em 2009, defendeu a tese que a moda tinha uma anatomia (*The Fashion Anatomy*) para assim discutir as relações intrínsecas entre o corpo humano e os artificios materiais que o escondem, exibem, adornam e compõem.<sup>1</sup> Podemos compreender que essa é uma história que denuncia as tensões e as diferenças entre um objeto significável (a *biologia*) e um objeto significado (a *indumentária/traje*)? A filósofa feminista Judith Butler (1986) tratou o corpo como *situação cultural*, um *locus* das interpretações culturais, localizadas e definidas dentro de um contexto social, e enquanto uma *situação*, pois ele assume e interpreta o conjunto das significações recebidas desde o entorno. Esse espaço dialético é uma realidade histórica e converte-se num nexos entre a cultura e a escolha; uma forma de assumir e reinterpretar os códigos normativos de género. O género é *escolhido* na medida em que a adoção de um determinado tipo de corpo, com uma forma de o viver ou de o vestir associados, impõe selecionar e interpretar as normas de género vigentes.<sup>2</sup> Comungamos desta compreensão do corpo enquanto fenómeno histórico quando, noutra lugar, definimos indumentária como as roupas e os adornos que, em sociedade, configuram a aparência e a identidade dos indivíduos, formando, dessa forma, um corpo social sobre um corpo biológico.<sup>3</sup>

Esta ideia assenta noutra discussão teórica acerca das diferenças entre o sexo (a *natureza*), compreendido como

categoria absoluta relacionada com a biologia, a genética, as hormonas e os caracteres sexuais primários e secundários, e o género (a *cultura*), enquanto ordem que expressa o sexo segundo o conjunto de regras mais ou menos conscientes no entorno social do sujeito. Esta diferença conceptual esbateu-se com as teorizações dos feminismos pós-estruturalista e pós-moderno que consideram ambas as aceções (sexo e género) pré-discursivas e anteriores à própria cultura.<sup>4</sup> Simone Beauvoir (1949) afirmou que mulheres não eram mas se *tornavam* no seu sexo<sup>5</sup> e, mais recentemente (1994), Peter Burke historiou sobre a *construção* da personalidade do monarca francês Luís XIV.<sup>6</sup> Há nestes postulados apresentados pela teoria social as ideias de *invenção* do indivíduo e de rejeição das categorias absolutas e leis universais.

O *ser* biológico conforma-se às regras vigentes do *dever ser*. Estes dispositivos normativos afetam os significados e dependem das estruturas de poder existentes num espaço e tempo determinados. O género é uma realidade histórica na medida em que as considerações sobre o *dever* dos sexos – ante os normativos religiosos, morais, políticos, culturais, económicos vigentes – modificam-se com o tempo e o espaço, variáveis analíticas próprias da história. O corpo vestido subscreve as relações de género e de poder, pois as duas categorias são interdependentes.<sup>7</sup> Na nossa perspetiva que se aproveita para a historiografia, a indumentária é um documento na medida em que não só situa a identidade do sujeito face ao seu grupo e aos múltiplos contextos políticos onde se localiza, como também sinaliza o conjunto das imposições sociais sobre o comportamento em sociedade.<sup>8</sup> Enquanto símbolo interpretado pela semiótica, a indumentária cumpre uma função estabilizadora pois tem a capacidade de agregar e de segregar.<sup>9</sup> O vestuário proclama o sujeito em relação aos grupos sociais, políticos, religiosos, étnicos ou raciais que o identificam enquanto membro e se identificam com ele.

A moda, enquanto sistema de interpretação das alterações do vestir, e o feminismo, enquanto fenómeno político de reivindicação da igualdade entre os géneros, relacionam-se na medida em que *os corpos das mulheres e a mensagem que as roupas lhes conferem são o repositório das definições sociais da sexualidade*.<sup>10</sup> As mulheres são um sexo definido e o vestuário demonstra as pressões sociais sobre o corpo pois ilustra as definições de género atuantes.<sup>11</sup> O controlo paternalista sobre a sexualidade feminina ecoa no sistema da moda, pois este tende à uniformização do gosto e das formas do vestuário diluindo a expressão da individualidade a partir de matrizes de produção e consumo. Segundo a filosofia de matriz hegeliana, a moda converte o *sensível* no *sentido* pois transforma um corpo abstrato num corpo real. Embora homens e mulheres sejam ambas categorias significáveis pela moda, existem assimetrias na permeabilidade e circulação de signos entre os géneros.<sup>12</sup>

Até à Baixa Idade Média, imperaram as tipologias longas em uso desde a Antiguidade Clássica. No século XIV, a assunção das roupas curtas e justas masculinas<sup>13</sup> sedentarizaram o dimorfismo sexual na indumentária apoiando-se em inovações tecnológicas como a alfaiataria ou as malhas. Terá sido precisamente a fixação do género na roupa que inaugurou a moda enquanto sistema de organização do vestuário.<sup>14</sup> Este acontecimento justifica-se pela complexidade social, a divisão sexual do trabalho e a forte urbanização daquele período.<sup>15</sup> Durante a Idade Moderna, homens e mulheres dispunham de dispositivos de distinção e adorno semelhantes. Os géneros utilizavam tipologias de vestir (gibões e camisas, por exemplo) e de adornar (rendas, chapéus, joias, anéis, luvas, entre outros) comuns. Perante o modelo de um sexo biológico pensado a partir do corpo dos homens, os dois géneros eram realidades construídas a partir da indumentária. O vestido humanizava o corpo, assegurava a identificação do género do sujeito e uniformizava as eventuais ambiguidades biológicas.<sup>16</sup> A alteração sobre a compreensão da biologia feminina, advinda dos progressos científicos em marcha ao longo do século XVIII europeu, firmou as especificidades do corpo da mulher e consolidou a especialização de género na indumentária arreigando-se em justificações de tipo científico.<sup>17</sup>

No início da centúria de oitocentos maximizaram-se o volume e a escala dos sistemas de produção e difusão; facto que originou o sistema de moda moderno.<sup>18</sup> Uma das principais características dessa modernização foi o reforço da oposição entre os géneros. O novo modelo organizacional tornou o corpo feminino num espaço privilegiado para a receção da moda e a rápida sucessão das suas formas. Por outro lado, o vestir masculino do século XIX renunciou à estética baseada na beleza para perseguir uma aparência pragmática e utilitarista.<sup>19</sup> O novo ordenamento social da revolução francesa e do liberalismo destacou a família como uma das instituições fundamentais da sua ordem jurídica civil. Os poderes do *pater familias* foram amplamente reforçados pela força da lei enquanto razão absoluta que se impunha a toda a comunidade política de acordo com o princípio da igualdade. O pai estava para a sua família como o imperador para o seu império. Este modelo juspositivista foi irradiado a partir do código napoleónico (1804) para os diversos ordenamentos jurídicos europeus e americanos.<sup>20</sup> A força do estado moderno realizava-se numa instituição familiar musculada que se mantinha liderada pelo homem e assente na sujeição da mulher ao poder marital.<sup>21</sup> O dimorfismo que perdurou mais de um século diluiu-se, a partir da década de 60 do século XX, com a popularização da alta-costura, do pronto-a-vestir e da roupa desportiva masculina. A austeridade e a rigidez deram lugar à fantasia na diversidade das formas e das cores até então consideradas como absolutamente e naturalmente femininas. O processo foi bidirecional, pois também

as mulheres se masculinizaram com a incorporação do *smoking*, da gravata ou das calças de ganga.

Os ciclos da moda podem moderar, mas não destroem as diferenças de género reconhecendo a importância da biologia na significação do ser: os detalhes construtivos (decorações, tecidos ou cortes) reconstróem-se através da diferenciação sexual num processo dinâmico que rearranja ou reafirma signos de classificação das masculinidades ou das feminilidades. São disto exemplo, na sociedade ocidental contemporânea, as resistências à normalização das saias masculinas como indumentária,<sup>22</sup> ou o conservadorismo, desde a produção ao consumo, na diluição dos monopólios da aparência feminina como os vestidos, os saltos altos ou as maquilhagens.<sup>23</sup> Será a moda uma expressão de masculinidade heteronormativa? Para além da historicidade de determinadas preferências visuais ou estéticas, é evidente que a indumentária classifica o género na medida em que o torna um objeto ilustrado no corpo.

Em sùmula, independentemente da abrangência do conceito de sexo, de género e de mulheres, cuja complexidade não caberia num texto desta natureza, os teóricos indagados aceitam que as diferenças sexuais se articulam com o contexto do sujeito e que as mudanças na organização das relações sociais e na perceção simbólica das diferenças sexuais produzem alterações nas representações de poder. As diferenças de género são construções culturais e históricas que possibilitam questionar as diferenças sexuais, a articulação entre as representações e as práticas sociais, os acontecimentos e os fenómenos históricos.<sup>24</sup> O género categoriza o sexo e permite compreender a desigualdade, o indivíduo e o seu entorno. A raça e a classe são outras categorias que, quando articuladas com o género, densificam as condições e os significados sociais que conduzem à discriminação.<sup>25</sup>

A metodologia da história das mulheres comprova que, apesar dos sujeitos observados pela narrativa do passado não serem, na maioria das vezes, os produtores dos discursos que consubstanciam a materialidade das fontes escritas, é possível reconstruir a memória de grupos marginais tornando-os objetos e campos da historiografia. Poder, género, memória e história estão intimamente correlacionados,<sup>26</sup> na medida em que a história das mulheres convoca a visibilidade do género feminino na narrativa historiográfica positivista dominada pelos homens e pelos relatos dos seus grandes feitos.<sup>27</sup>

## Mulheres e esmolas em indumentária em Braga

A maioria (49,4%) das esmolas individuais foram dirigidas a mulheres.<sup>28</sup> Consideramo-las maioritárias, pois, aquela percentagem, devem ser adicionados os 11,1% das dâdivas que se direccionaram a casais. É, por isso, factual que, no contexto urbano bracarense e em relação às esmolas em indumentária, elas foram as protagonistas ou coprotagonistas e revelaram, junto da instituição, capital social suficiente para acionar a esmola enquanto mecanismo da *economia da improvisação*.<sup>29</sup> À semelhança dos homens, as mulheres apresentavam, junto das instituições e através das petições, argumentos que revelavam a sua situação de vulnerabilidade<sup>30</sup> no sentido de comoverem o doador e de ajustarem a sua carência à compaixão de outrem.<sup>31</sup> O vestuário advindo do património da caridade e da assistência era um elemento estrutural na construção da aparência das pessoas comuns durante o Antigo Regime na Europa católica e protestante.<sup>32</sup> Vestir, como necessidade básica, estruturava a definição da pobreza. Pobre era todo aquele que não apresentava recursos suficientes para sobreviver segundo a sua necessidade. Os conceitos de necessário e de supérfluo eram dimensionados pelo estatuto do sujeito, pois eram considerados fundamentais todos os consumos que permitiam habitar, comer e vestir segundo a condição social.<sup>33</sup>

Antes de avançarmos para o nosso problema, queremos esclarecer a proveniência dos dados e da sua assunção. No decurso da nossa investigação de mestrado, que se centralizou no debate da assistência em indumentária aos pobres pela Santa Casa de Misericórdia de Braga,<sup>34</sup> foram indagados os livros de despesa do mordomo e do tesoureiro dessa instituição. Essas informações foram cruzadas com as decisões do órgão de gestão (a mesa), assentes nos livros de atas e/ou termos, para responder a um conjunto amplo de perguntas e objetivos delimitados. O recorte temporal fixou-se entre 1650 e 1750 e as despesas institucionais com indumentária dos pobres foram recolhidas segundo uma amostra não probabilística de cinco em cinco anos. Os gastos indagados foram agrupados e discutidos em quatro categorias analíticas: as *vestiarias*, que correspondem aos montantes agregados, aprovados pela mesa uma ou mais vezes durante um ano, destinados a comprar indumentária para vestir os pobres;<sup>35</sup> as mortalhas, que correspondem aos gastos com os sudários que, no âmbito da obra de misericórdia *enterrar os mortos*, eram oferecidos aos pobres em conjunto com a cova e uma missa; os dispêndios com indumentária dos assalariados, isto é, os funcionários institucionais, que, sendo pobres, no âmbito do seu vínculo de trabalho, tinham direito a uma componente

do salário pago em roupa e/ou calçado; e, um quarto grupo, relativo às esmolas individuais originadas por uma petição apresentada pelos pobres aos irmãos e despachada pela mesa.<sup>36</sup> Este último conjunto compõe-se por 615 casos; 96% dessas esmolas referem qual o género do seu destinatário.

Cabe outro preâmbulo breve sobre duas tendências gerais da amostra que justificam o nosso problema. A primeira é que, apesar de 39,18% das despesas não indicarem a proveniência geográfica dos providos, as esmolas individuais investigadas foram maioritariamente dirigidas a pobres residentes nas freguesias da cidade de Braga (296 casos). Essas pessoas eram, sobretudo, provenientes dos arruamentos localizados fora das muralhas habitando nos eixos estruturais face à expansão urbanística e populacional da Idade Moderna.<sup>37</sup> O alcance caritativo da instituição na prática de *vestir os nus* era citadino e irradiava para as freguesias do termo contíguas às paróquias urbanas e semiurbanas<sup>38</sup> da cidade.<sup>39</sup> Esta dimensão é justificável pela forma como se estruturava a esmola no contexto das Misericórdias. Dado o desajuste entre o número de pobres e os recursos disponíveis, o acesso à esmola era mediado por critérios que avaliavam o merecimento do recetor através das visitasões ou das certidões de pobreza emitidas pelos párocos. Estes mecanismos de inquirição baseavam-se, por isso, num reconhecimento de tipo vicinal. O *modus operandi* encontrava-se explicitado no Compromisso da Santa Casa de Braga de 1628 que estabelecida a forma como as informações sobre os pobres do rol deveriam ser inquiridas pelos irmãos junto: 1) dos parentes masculinos mais próximos de mulher sozinha; 2) dos irmãos que habitassem nas proximidades do pobre; ou, 3) dos párocos.<sup>40</sup> Depois de integrarem as listas, os pobres passavam a receber apoios ordinários e seriam visitados no início de outubro de cada ano para avaliar a sua situação.<sup>41</sup> Não é de desconsiderar a operacionalidade deste critério dada a dimensão da urbe durante o período em estudo<sup>42</sup> e por assentar na paróquia enquanto célula elementar da administração eclesiástica. Estas estruturas e o poder dos bispos saíram reforçados pelas determinações do concílio de Trento (1545-1563) e pelos princípios da igreja católica contrarreformista.<sup>43</sup>

A segunda dimensão, é que as mulheres foram representantes autónomas, junto da Santa Casa, dos seus interesses, das suas redes de capital social e porta-vozes da vulnerabilidade dos membros da sua família. Elas surgem enquanto membros do casal, recebendo sobretudo mantas [Quadro 1], ou como representantes dos familiares a seu cuidado. Acreditamos que esta questão é relevante em dois níveis. O primeiro tem que ver com importância social dos papéis femininos e das atividades de matriz pública desempenhadas pelas mulheres durante o período moderno.<sup>44</sup> A sua atividade

enquanto recetoras dos bens da caridade relata mulheres trabalhadoras que executavam funções económico-produtivas. Na morte, ausência ou doença dos seus maridos, elas garantiam a sobrevivência e a reprodução do agregado familiar.<sup>45</sup> O segundo nível afirma-se na interpretação que situa as instituições de caridade enquanto protetoras da família, célula fundamental da sociedade, e do matrimónio, instituição que a oficializava e que garantia a manutenção da ordem social e patrimonial.<sup>46</sup> As instituições assistenciais assumiam as responsabilidades económicas e morais do *pater familias*<sup>47</sup> quando se perturbava, de forma mais ou menos definitiva, a capacidade produtiva e a sobrevivência autónoma do agregado. Esta dimensão consolidava-se desde o topo<sup>48</sup> – constituído por órfãos, viúvas, velhos/as ou as mulheres solteiras e jovens moralmente vulneráveis pela ausência de tutela masculina sobre a sua honra<sup>49</sup> – até à base da hierarquia da pobreza – composta pelos que recebiam as esmolas extraordinárias em géneros e dinheiro que, dessa forma, enfrentavam as crises de sobrevivência provocadas pela desvalorização do valor do trabalho face ao preço dos bens de consumo. Apesar das imprecisões do conceito de pobre e de variações regionais e/ou institucionais, as análises sobre a assistência e a caridade em Portugal tendem a destacar uma feminização da pobreza.<sup>50</sup>

Acreditamos que os níveis supracitados podem ser mais bem compreendidos quando observados a partir do perfil social dos pobres bracarense.<sup>51</sup> A maioria dos providos (66%) eram casados, mas 45% desses apoios em indumentária foram dirigidos especificamente às mulheres. Esta evidência denota, por um lado, o efeito da grande migração masculina da região do Entre Douro e Minho<sup>52</sup> que precipitava as mulheres casadas a interagir com as instituições, mas também evidencia o empenho da Misericórdia enquanto estabilizadora da instituição matrimonial. Por outro lado, 7,4% dos 9% em estado de viuvez eram do género feminino. A demografia já evidenciou que as mulheres viviam, em média, mais tempo que os homens e, quando viúvas, tinham menos possibilidades de garantir um segundo casamento.<sup>53</sup> O normativo moral, erigido a partir das formulações teológicas sobre o comportamento da viúva ideal, desencorajava o seu recasamento.<sup>54</sup> No início do século XVIII, Rafael Bluteu considerava que “casar com uma viúva [era] uma espécie de bigamia odiosa”.<sup>55</sup> Viuvez e velhice eram fatores de pauperização.

Enquanto a maioria das raparigas solteiras esmoladas com indumentária eram órfãs e honradas afirmando, assim, o valor da sua virgindade, os rapazes no mesmo estado civil encontravam-se a aprender uma profissão mecânica ou intelectual. As mulheres estavam proibidas de desempenhar profissões liberais, magistraturas e de ingressar no desempenho de funções de culto e de formação das consciências.<sup>56</sup> A depreciação moral, religiosa

Figura 1  
Mulheres portuguesas,  
c. 1775

Fonte: Coleções Digitais da Biblioteca Pública de Nova Iorque, desenho de António Verico, *Portuguese E Spagnoli Nel Loro Abiti*, c. 1775. Em <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47e1-1772-a3d9-e040-e00a18064a99>



e biológica do género feminino em relação ao masculino tinha consequências na divisão sexual do trabalho, na tipologia das ocupações a desempenhar e nos salários.<sup>57</sup> Em média, as mulheres auferiam 1/3 do salário dos homens<sup>58</sup> e conciliavam várias ocupações de cariz económico-produtivo dentro e fora de casa. A indiferenciação do trabalho e o desenraizamento originado pelo forte êxodo rural dificultavam o acesso ao matrimónio e eram fatores de pauperização e marginalização das raparigas solteiras no espaço urbano.<sup>59</sup> O matrimónio e a velhice<sup>60</sup> eram as fases em que mulheres dos estratos populares enfrentavam os maiores desafios à sua sobrevivência autónoma.<sup>61</sup>

Interessam-nos, agora, os assuntos da indumentária propriamente ditos. As fontes notariais e contabilísticas têm possibilitado enormes avanços na história da produção e consumo de têxteis e produtos de indumentária durante a Idade Moderna. Tem sido reedificada pelos movimentos mais recentes da história social, cultural e económica a velha coerência marxista sobre a luta de classes. Segundo essa visão, o vestuário opunha as classes sociais privilegiadas às restantes simplesmente numa lógica de mimetização e de reprodução de símbolos.

Os gráficos 1 e 2 evidenciam as potencialidades da nossa fonte. Pela comparação de dois mantéus podemos compreender a importância do têxtil, dos forros e dos detalhes enquanto elementos categorizadores do corpo socialmente vestido.<sup>62</sup> O tecido representava o fator mais expressivo do valor dessas peças. A matéria-prima (lã, seda, algodão intercalados com fios em ouro ou prata), a espessura dos fios empregues (tecidos finos ou grossos),

Gráfico 1  
Mantéu de Ana Vaz de  
Infias (1440 réis), 1712

Fonte: ADB, Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despesas do Tesoureiro*, n.º 670, fl. 20v.

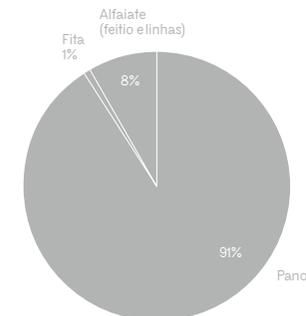
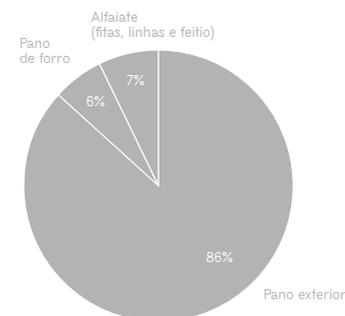


Gráfico 2  
Mantéu de Catarina da  
rua de São João (1950  
réis), 1712

Fonte: ADB, Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despesas do Tesoureiro*, n.º 670, fl. 32.



a densidade (bondade do pano), a estrutura (tafetá, cetim, sarja, veludo ou brocado) ou a complexidade dos processos de acabamento (feltragem ou tingimento) definiam o valor comercial do tecido. Como o tingimento mais ou menos denso e luminoso dependia da quantidade de corantes e mordentes aplicados, também a presença da cor era muito importante na percepção das hierarquias de valor socioeconómico da roupa. Forros, botões, fitas, rendas, bandas ou outras decorações ajudavam a complexificar as tipologias de base comuns a todos os estratos sociais. O capital económico transpõe-se em capital social, capital cultural e poder simbólico;<sup>63</sup> a roupa proclamava distinção e autoridade. Os mantéus em análise também permitem compreender o indumento do ponto de vista iconográfico (baixo corpo das duas primeiras figuras femininas da figura 1), as definições apresentadas pelos dicionários históricos<sup>64</sup> e a popularidade deste indumento entre as mulheres dos estratos populares e/ou pobres enquanto estrutura bidimensional.<sup>65</sup>

Conforme podemos analisar através do quadro 1, para além do mantéu,<sup>66</sup> são expressivos outros indumentos bidimensionais - manta, manto ou mantilha. Estaremos perante uma esmola adaptada a um corpo indiferenciado?

Nome da Peça	Total geral, n.º	Feminino, n.º
Manta	233	142
Mantéu	57	54
Saia	40	39
Manto	33	32
Mantilha	18	16
Gibão	17	15
Vestido	71	9
Camisa	14	2
Capotina	1	1
Saia Baixa	1	1
Colete	1	1
Touca	1	1
Hábito	1	1

Quadro 1  
Esmolas em indumentária recortadas pelo género do seu recetor, 1646-1747

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livros da Despesa do Tesoureiro e do Mordomo, números 664-671, 674, 679-680, 682, 686-687

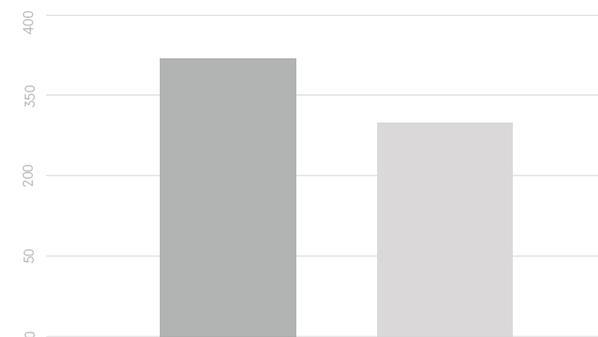
Se um alfaiate transforma uma realidade em duas dimensões – o pano – num elemento de três dimensões que veste o corpo – a peça de roupa –, podemos considerar que as tipologias em análise revelam o distanciamento da indumentária feminina popular em relação ao processo de moda. Como vimos, o advento das roupas justas e curtas foi fundamental para representar o dimorfismo de género enquanto principal marcador da moda enquanto sistema.

Outra característica estrutural do pano bidimensional é a sua versatilidade. A mantilha, que vemos representada na cabeça da última mulher da figura 1, era uma espécie de véu ou capa, sem talhe, que as mulheres usavam na cabeça, nos ombros ou na cintura.<sup>67</sup> Num contexto social de grande carestia, também as mantas serviam para cobrir o leito ou usar na rua.<sup>68</sup> O mesmo não se pode dizer de um gibão ou de uns calções que, por serem talhados, para pouco mais podiam servir do que cobrir as partes do corpo para as quais tinham sido concebidos. A conquista das peças justas especializadas em cobrir o alto corpo feminino (gibão e colete) assegurou a partição definitiva da silhueta feminina durante a centúria de seiscentos.<sup>69</sup> A regularidade com que a Santa Casa de Braga pagava arranjos ou repunha as peças de baixo corpo dos seus assalariados firma uma relação entre o desgaste dos indumentos de baixo corpo e o mundo do trabalho.<sup>70</sup> Nesta aceção, também as saias e os mantéus nos referem as mulheres trabalhadoras. Do conjunto de doentes que foram admitidos no hospital D. Lopo de Almeida, no Porto, entre 1596 e 1688, as mulheres vestiam-se, em termos médios, com menos peças do que os homens.<sup>71</sup> A versatilidade e a quantidade

Gráfico 3  
Valores nominais médios das esmolas em indumentária por género dos destinatários (1646-1747)

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livros da Despesa do Tesoureiro e do Mordomo, números 664-671, 674, 679-680, 682, 686-687

■ Masculino  
■ Feminino



dos indumentos que constituíam o vestir quotidiano das mulheres justificam os resultados do gráfico 3: em média, a esmola feminina foi nominalmente mais baixa do que a masculina.

Nos casos em que foi possível determinar o alcance da palavra “vestido”, esse vocábulo podia dizer respeito apenas a duas peças para cobrir o corpo (alto e baixo) ou à associação destas com uma peça para usar na cabeça (mantilha). Apenas em dois casos se incluiu a camisa.<sup>72</sup> Este indumento, que assegurava a higiene do corpo<sup>73</sup> e representava o estatuto do portador, foi irrelevante em termos quantitativos (ver quadro 1) face à sua importância entre as populações. A produção doméstica de roupa interior, feita sobretudo a partir do linho, era muito expressiva entre os estratos populares.<sup>74</sup> Os dados demonstram que as camisas eram pouco pertinentes para a economia da salvação.<sup>75</sup> À imagem do que se verificou em Arcos de Valdevez ou Coimbra, a Santa Casa de Braga afetou preferencialmente as camadas mais exteriores da aparência dos pobres que ajudou a vestir.<sup>76</sup>

A honra feminina era um bem socialmente protegido pela família ou pelas instituições de caridade. A virtude opunha as mulheres ao seu estado naturalmente degenerado, pecaminoso, lascivo e mau.<sup>77</sup> A medicina considerava-as seres imperfeitos e diminuídos.<sup>78</sup> Um modelo de matriz clássica interpretava a sexualidade feminina a partir do corpo do homem: a vagina era um pénis interno, os lábios um prepúcio inacabado, o útero um escroto não desenvolvido e os ovários associavam-se aos testículos.<sup>79</sup> A biologia da mulher era um território frio e húmido de onde, à exceção do calor da menstruação, não brotava a vida. Como ilustra a figura 2, o manto<sup>80</sup> e as demais tipologias que escondiam o corpo feminino em público<sup>81</sup> representavam materialmente a vigilância coletiva exercida sobre a honra e a virtude femininas. O mesmo controlo se exercia nas deslocações públicas com acompanhamento.<sup>82</sup>

Os rituais da igreja pós-tridentina expressavam a valorização do alto corpo face ao baixo corpo, pois foram reiteradas

Figura 2  
Mercador português com  
sua esposa e criada,  
século XVIII

Fonte: James Murphy, *Travels in Portugal, through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Tejo, in the years 1789 and 1790: Consisting of Observations on the Manners, Customs, Trade, Public Buildings, Arts, Antiquities, &c. of that Kingdom Buildings, Arts, Antiquities, &c. of that Kingdom* (Londres: A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies, 1795), não paginado.



as práticas relacionadas com a razão e o autocontrole, protagonizadas pela cabeça e pelas mãos, e foram repreendidas as manifestações de cariz sexual e emocional como as que se associavam ao Carnaval.<sup>83</sup> No sistema de mensagens atribuídas pelo corpo durante o período moderno, os olhos eram o espelho alma, a cabeça associava-se à conexão com o divino e as mãos materializavam os saberes. Já o baixo corpo ligava-se ao sexo, ao pecado e às zonas inúteis.<sup>84</sup> Como documenta o quadro 1, os mantéus e as saias estão entre as tipologias preferidas pelos gestores da Santa Casa de Braga para cobrir o corpo das mulheres pobres.<sup>85</sup> O *vestir os nus* adquiria uma dimensão moral, pois a *nudez* era também incorpórea e cuidar dos corpos desnudos passava por manter a ordem social e moral vigente.<sup>86</sup>

As tipologias de vestir femininas apresentam menos diversidade do que as masculinas. Dos 31 tipos identificados para a amostra geral, apenas 13 surgem associados ao género feminino. Esta característica é uma circunstância visível noutros contextos e estratos sociais e denuncia, por um lado, a historicidade das relações entre o género e a moda nas suas dimensões de produção e consumo, mas também da indumentária enquanto elemento de poder, distinção e competição social. A grande variedade tipológica da indumentária masculina significava a complexidade da aparência mediante os espaços e as sociabilidades por onde circulava o sujeito.<sup>87</sup> Exemplos desta tese são os trajes do clero secular, que propõem uma nova masculinidade pela sobreposição de vestes compridas e pretas por cima

das roupas civis,<sup>88</sup> ou os hábitos honoríficos das ordens religiosas militares que proclamavam o poder do estatuto, da honra e do privilégio do seu usuário.<sup>89</sup> A moda é um fenómeno de sociedades abertas (cidades e cortes, por exemplo)<sup>90</sup> com forte competição social e cujas permeabilidade das fronteiras permite a circulação de símbolos e a sua assimilação enquanto expressões da novidade.<sup>91</sup> A diversidade impunha-se na diversificação da representação social do corpo masculino.

## Epílogo

As esmolos em indumentária categorizavam o sujeito em relação ao seu estatuto social e género. A forte indiferenciação funcional, a grande versatilidade e a reduzida diversidade das tipologias doadas às mulheres pobres interpenetravam-se com os normativos morais, sociais e económicos que formulavam e situavam o *dever ser* do género feminino. As pobres bracarenses receberam, por parte da Misericórdia local, esmolos que, em seu nome e/ou dos familiares diretos, supriam uma necessidade básica para a sobrevivência. Essa indumentária evidenciou-se menos dispendiosa e complexa do que a masculina e predominantemente alicerçada em peças de roupa multifuncionais e próximas da estrutura bidimensional do tecido (manto, mantilha e mantéu).

## Notas

1. Cf. Vicente, Susan J., *The anatomy of fashion*, Oxford e Nova Iorque, Berg, 2009, pp. XII-XVI.
2. Sobre o género como escolha e o corpo como situação consultar a versão portuguesa do texto Butler, Judith, “Variações sobre sexo e género. Beauvoir, Wittig e Foucault”, in Crespo, Ana Isabel et. al. (coord.), *Variações sobre sexo e género*, trad. Ana Isabel Crespo, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 157-161.
3. Ferreira, Luís Gonçalves, *Vestidos de Caridade: assistência, pobreza e indumentária na Idade Moderna. O caso da Misericórdia de Braga*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2020, p. 195.
4. A visão que opõe cultura à biologia na arquitetura da categoria género tem sido questionada, pelas correntes pós-modernas e pós-estruturalistas, desde os anos 90 do século XX. Segundo estes postulados, a categoria mulher, como classe oprimida pelo homem, deveria ser pulverizada e fragmentada internamente por outros fatores de diferenciação social como a cor, idade, etnicidade, orientação sexual, entre outros. Ver Macedo, Ana Gabriela; Amaral, Ana Luísa Amaral (eds.), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto, Edições Afrontamento, 2005, pp. 87-88 e 184-185, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/65561>.
5. Ver a edição portuguesa Beauvoir, Simone de, *O Segundo Sexo*, trad. Sérgio Milliet, 2.a edição, Lisboa, Quetzal Editores, 2015.
6. Cf. a edição portuguesa Burke, Peter, *A construção de Luís XIV*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.
7. Segundo a definição de Joan W. Scott (1986), o género, enquanto categoria histórica, assenta em duas premissas: constrói, em conjunto com outros elementos, as relações sociais baseadas na percepção sobre as diferenças sexuais; é a primeira forma significação das relações de poder. O conceito de Scott estende-se à conjugação de quatro elementos. (1) Os símbolos (no caso, os sexos) podem impor, na mesma sociedade, múltiplas interpretações. (2) As normatividades vigentes-religião, educação, ciência, direito, doutrinas políticas, cultura-condicionam os signos pois determinam, através dos seus mecanismos repressivos, determinadas interpretações e formulações geralmente de tipo binário (homem/mulher ou

- masculino/feminino). (3) As análises de género devem inferir-se articuladas com as instituições e as organizações sociais, sendo, por isso, relevante a posição do indivíduo face à família, ao trabalho, à educação e à capacidade de atuar politicamente. (4) É sempre uma categoria subjetiva na medida em que cabe a cada historiador compreender a forma como as identidades de género se constroem e relacionam no contexto das atividades, estruturas e representações culturais vigentes num determinado tempo e espaço. Cf. Scott, Joan Wallach, *Gender and the Politics of History*, Nova Iorque, Columbia Univ. Press, 1999, pp. 28-50.
8. Veja-se, por exemplo, a importância da indumentária na proclamação do corpo civilizado e limpo: Elias, Norbert, *O processo civilizacional*, trad. Lídia Campos Rodrigues, Lisboa: D. Quixote, 2006; Vigarello, Georges, *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*, trad. Isabel St. Aubyn, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1985.
9. Sobre este assunto cf. Palla, Maria José, “Traje e semiótica”, in Babo, Maria Augusta; Lozano, Jorge (coord.), *Modas, modos, maneiras*, I Congresso Ibérico de Semiótica, Lisboa, ICNOVA-Instituto de Comunicação da Nova, 2017, pp. 271-283.
10. Macedo, Ana Gabriela; Amaral, Ana Luísa, *Dicionário da Crítica Feminista...*, p. 132.
11. Sobre estas relações para o período em análise ver os textos de Janes, Dominic, “Gender and Sexuality”, in Mc Neil, Peter (ed.), *A Cultural History of Dress and Fashion in the Age of Enlightenment*, vol. 4, Londres, Nova Iorque, e Dublin, Bloomsbury Academic, 2017, pp. 105-122; Jones, Ann Rosalind, “Gender and Sexuality”, in Currie, Elizabeth (ed.), *A Cultural History of Dress and Fashion in the Renaissance*, vol. 3, Londres, Nova Iorque, e Dublin, Bloomsbury Academic, 2017, pp. 97-115.
12. Sobre estas questões filosóficas e sociológicas relacionadas com o feminino e a indumentária cf. Barthes, Roland, *Sistema da Moda*, trad. Maria de Santa Cruz, Lisboa, Edições 70, 2014, pp. 310-315.
13. Advento das meias-calças e do gibão e entrada em desuso da saia masculina (veste comprida que cobria o corpo dos ombros até meio da perna).
14. Contudo, Massimo Baldini chama a atenção, na Antiguidade Clássica,

- a competitividade e classificação sociais estabeleciam-se através das alturas dos penteados e do valor material das joias em uso. Cf. Baldini, Massimo, *A invenção da moda: as teorias, os estilistas, a história*, Lisboa, Edições 70, 2015, pp. 44-45.
15. Riello, Giorgio, *História da Moda: da Idade Média aos nossos dias*, trad. Carlos Aboim de Brito, Lisboa, Texto e Grafia, 2013, p. 17.
16. Esta dimensão influenciava, por exemplo, a forma como as pessoas hermafroditas eram compreendidas em sociedade. Sobre o assunto cf. Jones, Ann Rosalind, “Gender and Sexuality...”, pp. 95-100.
17. Sobre a mudança deste paradigma cf. Janes, Dominic, “Gender and Sexuality...”, p. 106.
18. Lipovetsky Gilles, *Império do Efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas*, trad. Regina Louro, 2.a edição, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2010, p. 93.
19. Sobre esta renúncia na moda oitocentista cf. Riello, Giorgio, *História da Moda: da Idade Média aos nossos dias...*, pp. 53-68.
20. Nesta influência inclui-se o primeiro Código Civil português, publicado em 1867, da autoria do Visconde de Seabra. Sobre as bases institucionais e principais do *Code Napoléon* cf. Cunha, Paulo Ferreira da; Silva, Joana Aguiar da; Soares, António Lemos, *História do Direito: do direito romano à constituição europeia*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 235-247.
21. Sobre o estatuto da mulher no Código de Seabra ver Guimarães, Elina, “A mulher portuguesa na legislação civil”, in *Análise Social* XXII, n. 92-93, 1986, pp. 560-563.
22. Distinta das que são utilizadas como traços regionalistas/nacionalistas ou em contextos meramente recreativos.
23. Sobre esta alteração da linguagem dos géneros através da indumentária cf. Lipovetsky, Gilles, *Império do Efêmero...*, pp. 173-189.
24. Vaquinhas, Irene, “História das mulheres e de género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais”, in *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* 1, Número Extra, 2019, p. 39.
25. Sobre feminismo, classe, pós-colonialismo e pós-modernismo cf. Macedo, Ana Gabriela; Amaral, Ana Luísa, *Dicionário da Crítica Feminista...*, pp. 68-73.
26. cf. Vaquinhas, Irene, “Memória e História das mulheres e de género: uma reflexão a partir do caso português”, in Patriota, Rosângela; Ramos, Alcides Freire (coord.), *Memória Coletiva, Memória Individual e História Cultural*, São Paulo, Edições Verona, 2018, pp. 98-102.
27. A autonomização da história das mulheres e do género enquanto campo científico iniciou-se, em Portugal, nos anos 70 do século XX. Foram fundamentais para este advento: o ambiente de renovação historiográfica proporcionado pela Nova História; a relevância da promoção da interdisciplinaridade entre as ciências sociais; a democratização do ensino superior com forte incremento do número de discentes e docentes do género feminino; e, a grande visibilidade do problema junto da opinião pública. Vaquinhas, Irene, “História das mulheres e de género em Portugal...”, pp. 38-39.
28. Ao contrário do que sucedeu em Viana da Foz do Lima onde a maioria da roupa e calçado foram dirigidos a homens. Cf. Ribeiro, António Magalhães da Silva, “Práticas de caridade na misericórdia de Viana da Foz do Lima (Séculos XVI-XVIII)”, Braga, Universidade do Minho, 2009, p. 747. Tese de Doutoramento policopiada.
29. Acerca deste conceito cf. King, Steven; Tomkins, Alannah, “Introduction”, in King, Steven; Tomkins, Alannah (eds.), *The Poor in England, 1700-1850: An Economy of Makeshifts*, Manchester e Nova Iorque, Manchester University Press, 2003, pp. 1-38.
30. Em Coimbra, por exemplo, o bom comportamento e a vergonha foram os argumentados mais vezes por mulheres do que por homens no sentido de comover o doador. Cf. Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, vol. 2, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 233.
31. Cf. Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal da Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 194-195.
32. Quanto à importância dos bens da caridade nos consumos dos pobres ou pessoas comuns na Inglaterra e no Brasil colonial cf. Spufford, Margaret; Mee, Susan, *The Clothing of the Common Sort, 1570-1700*, Oxford, Oxford University Press, 2018, pp. 43-65; Silva, Luciana da, “A circulação de artefactos por meio das disposições testamentárias: apontamentos sobre as vestimentas na vila de São

## Notas

Paulo (1580–1640)”, in *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 23 (2015), pp. 195–220, <https://doi.org/10.1590/1982-02672015v23n0107>.

33. Sobre o conceito de privação enquanto elemento definidor da pobreza ver Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, vol. 1, p. 16.

34. A produção historiográfica sobre estas instituições é muito vasta, mas, como obras de síntese, são importantes os seguintes trabalhos: Sá, Isabel dos Guimarães, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001; Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: as Misericórdias, caridade e poder no império português (1500–1800)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

35. As decisões eram da iniciativa dos irmãos da Misericórdia e respondiam às pressões conjunturais; era, por isso, uma atividade extraordinária. Ao contrário de outras Misericórdias – como no Porto ou Penafiel – não se conhecem legados em indumentária na Santa Casa de Braga durante o período moderno. Sobre os legados em Penafiel cf. Fernandes, Sofia, “Vestir os pobres, cobrir as vergonhas: uma obra pia para alcançar os céus nos séculos XVII e XVIII”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *Mecanismos de assistência em Portugal e no Brasil: contributos para um debate (séculos XVII–XIX)*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2017, pp. 109–114.

36. Estas questões metodológicas encontram-se densamente enunciadas e contextualizadas face às fontes e ao problema em Ferreira, Luís Daniel Gonçalves, “*Estava nu e vestiste-me*”: indumentária, pobreza e poder nas santas casas portuguesas a partir da misericórdia de Braga (1650–1750), Braga, Universidade do Minho, 2019, pp. 54–60. Dissertação de Mestrado policopiada. <http://hdl.handle.net/1822/63802>.

37. Acerca da evolução do espaço urbano bracarense durante o período moderno cf. Bandeira, Miguel Sopas, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Porto, Edições Afrontamento, 2000, pp. 56–70.

38. Durante a prelatura do arcebispo D. José de Bragança (p. 1741–1756) a freguesia de São Vitor foi dividida e originou a paróquia de São José de São Lázaro. Em meados

do século XVIII, a cidade de Braga tinha três freguesias urbanas (Sé, São João de Souto e a Cidade) e três semiurbanas (Maximinos, São Vitor e São Lázaro).

39. Produzimos mapas sobre estes dados que melhoram a sua visualização. Consultar em Ferreira, Luís Daniel Gonçalves, “*Estava nu e vestiste-me*”..., pp. 92–95 e 111–113.

40. Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Compromisso da Misericórdia de Braga, 1628–1650*, n.º 2, fls. 27v. e 28.

41. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Compromisso da Misericórdia de Braga, 1628–1650*, n.º 2, fl. 11v.

42. 1640–12 000 habitantes; 1700–14 000 habitantes; 1758–18540 habitantes. Foi aplicado o multiplicador de quatro moradores por fogo. Dados provenientes, respetivamente, de Oliveira, Eduardo Pires de, *Estudos sobre o século XVIII em Braga*, Braga, APPACDM, 1993, p. 25; Oliveira, Eduardo Pires de, “André Soares e o Rococó do Minho”, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, p. 28; Capela, José Viriato Capela; Ferreira, Ana da Cunha, *Braga Triunfante ao tempo das Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Fundação para a Ciência e Tecnologia e Associação Comercial de Braga, 2002, não paginado.

43. Quanto à institucionalização dos poderes da igreja tridentina e a sua articulação com a comunidade, a família e o indivíduo ver Palomo, Federico, *A contra-reforma em Portugal, 1540–1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 30–55 e 114–125.

44. A bibliografia portuguesa sobre o trabalho feminino não é prolíxa. Conferir, sobre o assunto, os exemplos de Coimbra e Lisboa: Lopes, Maria Antónia, “Mulheres e trabalho em Coimbra (Portugal) no século XVIII e inícios do XX”, in Iglesias Rodríguez, Juan José; Pérez García, Rafael M.; Fernández Chaves, Manuel F. (coord.), *Comercio y Cultura en la Edad Moderna*, XII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna, Sevilla, Editorial Universidade de Sevilla, 2015, 1769–1787; Reis, Maria de Fátima, “A mulher e o trabalho no espaço urbano nos séculos XVII e XVIII”, in Santos, Maria Clara Curado, *A mulher na história. Actas dos colóquios sobre a temática da mulher (1999–2000)*, Lisboa, Câmara

Municipal da Moita, 2001, pp. 203–214.

45. Quanto à importância do trabalho feminino para a economia familiar moderna ver Carbonell, Montserrat, “Trabajo feminino y economías familiares”, in Morant, Isabel (dir.), *Historia de las mujeres en España y América Latina: el mundo moderno*, Madrid, Cátedra, 2005, pp. 237–262.

46. Woolf, Stuart, *Pobres en la Europa moderna*, Barcelona, Rustica Editorial, 1989, p. 44.

47. Em relação a estes poderes cf. Hespanha, António Manuel, “Fundamentos antropológicos da família do Antigo Regime: os sentimentos familiares” in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal: o Antigo Regime*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 245–250.

48. Categorização piramidal proposta por Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI–XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, p. 34–35.

49. Araújo, Maria Marta Lobo de, “A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI–XVIII)”, in *Nuevo Mundo Mundos Nuevos (Online)*, n. Colóquios (2008), pp. 1–12, <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.23482.c>.

50. Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal da Idade Moderna...*, pp. 156–157.

51. Apenas 10% da amostra geral revela informação deste tipo.

52. Sobre os comportamentos migratórios da população portuguesa durante a Idade Moderna cf. Rodrigues, Teresa Ferreira (ed.), *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, 2008, pp. 233–246 e 283–287.

53. Rodrigues, Teresa Ferreira, *História da população...*, pp. 207–208.

54. Quanto às determinações sobre a viúva ideal nos contextos espanhol e francês cf. De Backer, Stephani Fink, *Widowhood in Early Modern Spain: Protectors, Proprietors, and Patrons*, Leiden, Boston, Brill, 2010, pp. 17–40; Bauvalet, Scarlett, *Entre veuve sous l’Ancien Régime*, Paris, Belin, 2001, pp. 23–52.

55. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e latino*, Aulico, *Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasillico, Comico, Critico, Chímico, Dogmatico*,

*Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florífero, Forense, Fructífero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtnologico, Indico, Ifagico, Lacoico, Lituergico, Lithologico, Médico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenaphonico, Zoologico, Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos, e offerecido a El Rey de Portugal*, D. João V, pelo Padre D. Raphael Bluteau, clérigo regular, Doutor na Sagrada Theologia, Pregador da Raynha de Inglaterra, Henriqueta Maria de França, e calificador no Sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa, vol. 8, Lisboa, Na Officina de Pascoal da Sylva, 1721, p. 580.

56. Uma síntese da situação socio-profissional das mulheres na Idade Moderna pode ser consultada em Sá, Isabel dos Guimarães, *O regresso dos mortos: os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI–XVII)*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2018, pp. 64–66.

57. Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”, in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (orgs.), *História Económica de Portugal (1700–2000): o século XVIII*, vol. 1, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 108–110.

58. Palma, Nuno Pedro G.; Reis, Jaime; Rodrigues, Lisbeth, “Historical Gender Discrimination Does Not Explain Comparative Western European Development: Evidence from Portugal, 1500–1900”, SSRN Scholarly Paper, Rochester, Nova Iorque, Social Science Research Network, 1 de Março de 2021, <https://papers.ssrn.com/abstract=3805345>.

59. Indagar, a este propósito, o caso da Galiza moderna: García, Serrana Rial, “Solos y pobres: las mujeres de las ciudades de Galicia ante la marginalidad y la prostitución”, in SEMATA, *Ciencias Sociais e Humanidades* 16 (2004), pp. 301–331.

60. Viuvez e doença foram, em Ponte Lima, períodos de grande fragilidade para as mulheres assistidas pela Misericórdia local. Ver Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e empregar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de*

## Notas

Lima (séculos XVI-XVIII), Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e de Ponte de Lima, 2000, pp. 622-623.

61. Conferir os percursos de vida analisados em Évora e Barcelona: Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, Lisboa, Colibri, CIDEHUS/UE, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedade da Universidade de Évora, 2015, pp. 317-342; Carbonell i Esteller, Montserrat, "Pobresa i estratègies de supervivència a Barcelona a la segona meitat del segle XVIII", in *Bulletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*, n. 5 (1994), pp. 147-153. A experiência do envelhecimento sem redes familiares eram fatores determinantes de pauperização e marginalização em Inglaterra. Cf. Botelho, L. A., *Old Age and The English Poor Law, 1500-1700*, Woodbridge e Nova Iorque, The Boydell Press, 2004, pp. 74-103.

62. Fatores de categorização/diferenciação social pela indumentária propostos por Roche, Daniel *História das coisas banais*, trad. Telma Costa, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 210-213.

63. Sobre o capital e o poder simbólico cf. Bourdieu, Pierre, "Le capital social: notes provisoires", in *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n. 31 (1980), pp. 2-3; Bourdieu, Pierre, *O poder simbólico*, trad. Fernando Tomaz, Lisboa, Edições 70, 2011.

64. *Espécie de vestido aberto que, sem franzião, cobre a cintura para baixo e por ela se ata pondo uma ponta sobre a outra* em Bluteau, Rafael, *Vocabulário Português e latino...*, vol. 5, p. 300.

65. Foram retirados desta tabela os dados referentes ao calçado por não sabermos o género dos seus recetores. Para além de três pares esmolados a pobres do género masculino, os restantes sapatos foram dádivas aos doentes curados no hospital de São Marcos.

66. Também esta peça foi a mais expressiva entre as esmoladas dadas pelo cabido bracarense em Sé Vacante Dinis, Celeste; Barbosa, António Francisco, "Pobresa e caridade: a acção assistencial do Cabido Bracarense em período de Sé Vacante (1728-1741)", in *Cadernos do Noroeste*, História 3, 20, n. 1-2 (2003), pp. 497-522.

67. Bluteau, Rafael, *Vocabulário português e latino...*, vol.5, p. 301.

68. Como a manta dada, em 1711, a Francisco Araújo, aleijado, para que este se protegesse do frio quando

andava no seu carro. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza do Tesoureiro, 1711-1724*, n.º 670, fl. 6.

69. Roche, Daniel, *História das coisas banais...*, p. 223.

70. Ferreira, Luís Daniel Gonçalves, "Estava nu e vestiste-me"..., pp. 126-145.

71. Osswald, Helena, "A definição de pobreza nos registos de entradas de doentes no Hospital da Misericórdia do Porto (1596-1688)", Lobo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A intemporalidade da Misericórdia-as Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, p. 69.

72. Como o de Josefa solteira e pobre a quem se deu "hum gibam hum colette e camiza e touca que tudo custou com os feitos mil e quinhentos e oitenta réis". ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza do Tesoureiro, 1711-1724*, n.º 670, fl. 213.

73. Quanto à relevância da camisa nos banho secos da Idade Moderna ver Vigarello, Georges, *O limpo e o sujo...*, pp. 53-66.

74. Acerca deste assunto: Sarti, Raffaella, *Casa e família: habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, trad. Isabel Teresa Santos, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 319-320; Roche, Daniel, *The culture of clothing: dress and fashion on the Ancien Regime*, trad. Jean Birrel, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 151 e seguintes.

75. As fontes de tipo contabilístico utilizadas noutros estudos portugueses tendem a não as descrever as camisas a menos que possuam elementos luxuosos como rendas, fios de ouro ou outros materiais sumptuários. Cf. os silêncios entre aqueles que eram julgados pelo Santo Ofício Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Bens de hereges: Inquisição e Cultura Material. Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 194-198. No caso do Porto, as camisas descrevem-se na medida do luxo ornamental: Hugo Miguel Crespo, "Trajar as Aparências, Vestir para Ser: o Testemunho da Pragmática de 1609", Sousa, Gonçalo Vasconcelos e (coord.), *O Luxo na Região do Porto ao Tempo de Filipe II de Portugal (1610)*, Porto, Universidade Católica Editora, 2012, pp. 93-148.

O mesmo não acontece noutras geografias europeias: ver, por exemplo, Rosillo, Bárbara, *La moda en la sociedad sevillana*

del siglo XVIII. Diputación de Sevilla, 2018, pp. 123-126; Styles, John, *The Dress of the People*, Londres, Yale University Press, 2013, p. 32 e seguintes.

76. Cf. Ramos, Odete, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia de Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2015, p. 389; Lopes, Maria Antónia, *Pobresa, assistência e controlo social em Coimbra...*, vol. 2, 235-240.

77. Hespanha, António Manuel, "O estatuto jurídico da mulher na Época da Expansão", in *Oceanos*, n. 21 (1994), p. 16.

78. Quanto ao discurso médico sobre a biologia das mulheres cf. Berrito-Salvadore, Évelyn, "O discurso da medicina e da ciência", in Davis, Natelie Zemon; Farge, Arlette (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, trad. Maria Carvalho Torres, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 409-455.

79. Laqueur, Thomas Walter, *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*, Cambridge, Harvard University Press, 2003, p. 4.

80. Esta peça foi a mais expressiva entre as doações da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima aos pobres. Ver Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, p. 300.

81. A associação entre espaço público, ocultação física e o manto é explícita em Bluteau: *espécie de véu com que a mulher cobre a cabeça e às vezes o rosto ao sair fora de casa*. Bluteau, Rafael, *Vocabulário português e latino...*, vol. 5, p. 303.

82. O uso do manto e a circulação pública com várias acompanhantes eram evidências dessa vigilância ativa exercida pela sociedade em relação à honra feminina. Cf. Madureira, Nuno Luís, *Lisboa: luxo e distinção (1750-1850)*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p. 64. O mesmo acontece em Espanha: García Fernández, Máximo, "Mujeres tapadas: visibilidad femenina entre costuras", in Bartolomé Bartolomé, Juan Manuel; García Fernández, Máximo; Sobaler Seco, Maria de los Ángeles (coords.), *Modelos culturales en femenino (siglos XVI-XVIII)*, Sillex, 2019, p. 69-89.

83. Muir, Edward, *Fiesta y rito en la Europa Moderna*, trad. Ana Márquez Gómez, Madrid, Editorial Complutense, 2001, p. 180.

84. Vigarello, Georges, *História da Beleza*, trad. Léo Schlafman, Rio de Janeiro, Ediouro, 2006, pp. 15-22.

85. Algo semelhante se passou na vila de Óbidos cf. Braga, Isabel Drumond, "Vestir os nus: a Misericórdia de Óbidos e a proteção aos pobres no reinado de D. João V", in *Anais Leirienses-estudos & documentos*, n. 6 (2020), p. 84.

86. Magalhães, António, "Vestir os nus": as Misericórdias na prática da terceira obra de caridade corpora", in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), em *As sete Obras de Misericórdia corporais nas Santas Casas de Misericórdia*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2018, p. 63.

87. Sobre esta relação entre poder, masculinidade e espaço competitivo cf. Jones, Ann Rosalind, "Gender and Sexuality...", p. 99.

88. Exploramos esta questão com detalhe noutro lugar: Ferreira, Luís Gonçalves, "Pobres vestidos de preto: assistência, indumentária e escola a padres em Braga (sécs. XVII e XVIII)", in Esteves, Alexandra (coord.), *Homens, Instituições e Políticas (séculos XVI-XX)*, Braga e Guimarães, Lab2PT, 2019, pp. 12-31.

89. Acerca da masculinidade clerical Le Gall, Jean-Marie, "A virilidade dos clérigos", in Vigarello, Georges (ed.), *História da Virilidade: a invenção da Virilidade da Antiguidade às Luzes*, vol. 1, Lisboa, Orfeu Negro, 2018, pp. 235-255.

90. Quanto às cidades como espaços da moda ver Riello, Giorgio, *História da Moda: da Idade Média aos nossos dias...*, pp. 18-19.

91. Baldini, Massimo, *A invenção da moda: as teorias, os estilistas, a história...*, pp. 57-58.



## Ficha técnica

*As mulheres nos caminhos da História*

Coordenação: Maria Marta Lobo de Araújo, Cláudia Contente,  
Alexandra Esteves.

Design Gráfico: Macedo Cannatà

Editado por: Lab2PT  
Coleção Paisagens, Património & Território / Investigação  
Landscapes, Heritage and Territory Collection / Research

Impressão e acabamento: Sersilito  
Tiragem: 200 exemplares  
ISBN: 978-989-8963-53-6  
Depósito legal:

Lab2PT  
[www.lab2pt.net](http://www.lab2pt.net)

Instituto de Ciências Sociais  
Universidade do Minho  
Campus de Gualtar  
4710-057 Braga

Escola de Arquitetura, Arte e Design  
Universidade do Minho  
Campus de Azurém  
4800-058 Guimarães

© 2021, Lab2PT e autores



Laboratory of Landscapes,  
Heritage and Territory



Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais



Universidade do Minho  
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Esta iniciativa foi apoiada através do Financiamento Plurianual do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Ref.<sup>a</sup> UID/04509/2020, financiado por fundos nacionais (PIDDAC) através da FCT/MCTES. / This initiative was supported through the Multiannual Funding of the Landscape, Heritage and Territory Laboratory (Lab2PT), Ref. UID/04509/2020, financed by national funds (PIDDAC) through the FCT/MCTES.

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia